

Teses defendidas no Programa de Graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2019**Ajustes e reconfigurações geomorfológicas entre as bacias hidrográficas dos rios Pará e Paraopeba no Quaternário Tardio– Alto São Francisco - MG***Autora: Letícia Augusta Faria de Oliveira**Orientador: Antonio Pereira Magalhães Junior***Resumo**

A rede de drenagem, por ser muito sensível a movimentações da crosta ou a alterações no regime hidrossedimentológico decorrentes de alterações climáticas, registra, nos depósitos fluviais, indícios de alteração nos fatores endógenos e exógenos atuantes em uma bacia hidrográfica e que não estão disponíveis em outras fontes. A bacia do Rio Paraopeba, importante eixo de drenagem do estado de Minas Gerais, apresenta baixo índice de circularidade e cotas altimétricas superiores às de suas bacias vizinhas (dos rios Pará e das Velhas) em trechos análogos. Romano (2007) observa que na região do interflúvio entre as bacias dos rios Pará e Paraopeba, áreas adjacentes apresentam relevos bastante diferentes em termos de rejuvenescimento, padrão de drenagem e incisão dos canais fluviais. Em busca dos fatores que diferenciam a evolução das bacias dos rios Pará e Paraopeba, este trabalho visa investigar e analisar as evidências da ocorrência de ajustes e reconfigurações geomorfológicas entre as mesmas no Quaternário Tardio, notadamente quanto ao papel dos processos de reorganização espacial da rede de drenagem. Análises cartográficas de declividade e altimetria (correlacionadas ao embasamento litoestrutural) e análises morfométricas ancoradas em parâmetros como fator χ e relação declividade-extensão (RDE) sugerem ganho de área da bacia do rio Pará sobre a bacia do rio Paraopeba, sobretudo em seus altos cursos, ainda que o padrão predominantemente dendrítico da rede de drenagem não favoreça a identificação de feições tipicamente associadas aos processos de captura fluvial. Tendo em vista que a bacia do rio Paraopeba possui nível de base inferior ao da bacia captora, por confluir com o rio São Francisco à jusante da mesma, a perda de potencial energético dos canais de 1ª ordem da bacia do rio Paraopeba seria ocasionada pelo comportamento diferencial de blocos intrabacia, que a soergue e confere a ela maiores altitudes, declividades e incisão fluvial. Já a bacia do rio Pará não apresenta características de bloco soerguido: possui relevo rebaixado e suavizado, esculpido no Pleistoceno superior, conforme sugerido pelos depósitos aluviais abandonados em seu vale. Durante esse período, a referida bacia teria respondido a um nível de base estabilizado correspondente ao rio São Francisco, não havendo indícios de movimentações diferenciais de blocos em seu interior. A dinâmica atual de calha do rio Pará, entretanto, aponta o avanço remontante de pulso erosivo, possivelmente proveniente do rio São Francisco, que estaria invertendo a tendência de baixa incisão do vale. Tais interpretações contribuem para uma melhor compreensão da evolução geomorfológica e dos cenários paleoambientais quaternários na região central de Minas Gerais, bem como para o entendimento, ainda incipiente, da sedimentação continental brasileira e sua cronologia.

O papel dos processos fluviais na evolução do modelado do relevo na bacia do rio Paraúna, Serra do Espinhaço Meridional - MG*Autor: Alex de Carvalho**Orientador: Antonio Pereira Magalhães Junior***Resumo**

Este trabalho investiga o papel dos eventos geomorfológicos fluviais na configuração do relevo da bacia do Rio Paraúna ao longo do Quaternário, enfocando a configuração dos fundos de vale. Na área investigada, os fundos de vale geralmente possuem dois ou três níveis deposicionais aluviais (planície de inundação – PI; e terraços – N1 e N2), sendo comum que as PI os N1 encontrem-se embutidos ou encaixados em relação aos níveis mais antigos e escalonados em relação aos níveis em contexto de vertente. O quadro geológico-geomorfológico e as características cronoestratigráficas dos depósitos, cuja datação foi realizada utilizando a metodologia da Luminescência Opticamente Estimulada (LOE), sugerem que, ao longo do Pleistoceno e de grande parte do Holoceno, os vales evoluíram em ciclos alternantes de sedimentação e encaixamento da drenagem. Contudo, o final do Holoceno tem sido marcado pela estabilização do nível de base regional representado pelo Rio Paraúna e pela alteração na dinâmica hidrossedimentar, que tem proporcionado a formação de planícies embutidas nos terraços. As idades dos depósitos obtidas com a datação por LOE permitem supor que as PI correspondem a um evento de sedimentação regional, associado à dinâmica fluvial atual. As PI possuem idades que variam 630 (± 80) e 170 (± 25) anos. Os N1 também parecem estar associados a um evento de sedimentação de escala regional, com uma dinâmica hidrossedimentar diferente da atual, cujas idades variam entre 1.480 (± 250) e 590 (± 110) anos. Os N2 apresentaram idades bastante divergentes. No Córrego da Sepultura, a idade obtida é de 26.350 (± 4.470), tornando esse o N2 mais antigo da área investigada. Nos demais vales, as idades variaram entre 3.000 (± 490) e 4.200 (± 480) anos. Considerando esses dados, pode-se supor que a formação dos N2 ocorreu através da instalação de eventos de sedimentação de escala local, afetando cada vale em momentos distintos. Portanto, é possível propor que a evolução dos vales pode ser dividida em duas fases. A fase mais antiga, que compreende o final do Pleistoceno e o início do Holoceno, provavelmente foi marcada pela instabilidade neotectônica, expressa em uma dinâmica de blocos mais intensa, permitindo a instalação de eventos erosivo-deposicionais distintos em cada vale. A fase mais recente, representada pelos últimos 2.000 anos, deve ter sido marcada pela menor movimentação de blocos no interior da Serra do Espinhaço Meridional, o que pode ter permitido a estabilização do nível de base regional e a regularização de grande parte dos perfis longitudinais dos cursos fluviais.

Desigualdades socioespaciais de Goiânia - GO: análise com base nos setores censitários subnormais*Autora: Lidia Milhomem Pereira**Orientador: Ricardo Alexandrino Garcia***Resumo**

Atualmente, o processo de urbanização nacional é contínuo e expansivo. Goiânia, capital do estado de Goiás, é vista como metrópole atraente em sua economia e em constante expansão. Distando 209 km de Brasília, capital nacional, foi planejada, inicialmente, para 50 mil pessoas e ultrapassou a previsão em menos de sessenta anos. Hoje, sua população soma mais de 1.400.000 habitantes. No entanto, nos últimos anos, com o crescimento e a valorização do tecido urbano, verifica-se a presença de ocupações em lugares antes desvalorizados. Compreendendo as desigualdades socioespaciais de Goiânia à luz do censo demográfico de 2010, discutir a cidade, seu planejamento, visualizar as espacialidades, contextualizando-as com as realidades dialéticas no contexto do capitalismo fazem parte deste estudo. O objetivo principal é o de ampliar discussões no espaço urbano a partir da análise do processo de segregação socioespacial e desigualdades, na formação de espacialidades distintas na cidade de Goiânia-GO, servindo-se de geotecnologias. A tese então teve a preocupação de verificar se há de fato, aglomerados subnormais em Goiânia e com outros indicadores checar as desigualdades espaciais. A pesquisa também está apoiada em métodos quantitativos e softwares como o Arc Gis e Q Gis, sendo, pois, uma metodologia quantitativa, utilizando a análise exploratória descritiva. Conforme o procedimento metodológico planejado, houve o uso de variáveis por setores censitários. Através de componentes que podem ser mapeados, os resultados gerados por padrões e também pelas despadronizações das ocupações irregulares, indicam informações a partir de uma reunião de variáveis e indicadores acerca da exclusão/inclusão/desigualdades socioespaciais.

Os procedimentos metodológicos compreendem etapas: de detalhamento, escolha, triagem, coleta e descrição das variáveis e dos indicadores, aplicação do método Two Step Clusters e validação com a análise de discriminante. Como resultados, percebeu-se que, embora a cidade não possua sua geomorfologia acidentada, e, que no estado de Goiás tenha sido identificado um número inexpressivo de aglomerados subnormais, isso não significa que a pobreza seja assim, pois espacialmente as características não estão visualizadas de maneira acentuada. Isso é resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, assim como de diferentes modos de vida, de estabelecimento, de relações sociais. Também, que onde há aglomerados subnormais, muitas vezes as condições relacionadas à infraestrutura, indicadores e variáveis se equiparam à áreas da periferia do município, não destoando demasiadamente. Concomitantemente, há uma série de elementos ao mesmo tempo ímpares e plurais na cidade e uma concentração majoritária em determinados espaços urbanos de pessoas pertencentes a dada classe social.

Crítica à participação política no Estado: o capital como ventríloquo da política*Autor: Maria Diana de Oliveira**Orientador: Sergio Manuel Merêncio Martins***Resumo**

Esta tese teve como foco refletir sobre a participação política na cidade de Belo Horizonte por esta ser considerada referência em participação popular tanto no âmbito nacional quanto no internacional. Tal referência se deve, sobretudo, às experiências de participação institucional implementadas a partir da década de 1990 e às pesquisas apresentadas por Avritzer (2010) e Milani (2008), entres outros, cujos parâmetros de participação política são apontados como os mais elevados, dentre as cidades brasileiras. Quanto ao estabelecimento das esferas de participação, elas foram possibilitadas por uma conjuntura sociopolítica, respaldada pela Constituição de 1988, pela qual houve grande mobilização popular para que seu texto fizesse referência a mecanismos de participação direta na decisão de questões de interesse da coletividade. As reformas constitucionais e a participação popular foram trabalhadas como momento privilegiado da soberania popular, em que o povo determinaria, diretamente, a forma de organização do Estado. Enfim, momento em que a democracia poderia se apresentar com todos os seus títulos de legitimidade. Qual é o sentido dessa soberania popular e da participação cujo enfoque é o Estado? Nessa direção, busca-se refletir sobre os limites/fundamentos da participação política para uma verdadeira democracia e emancipação humana, para uma democracia radical, além do Estado, ou seja, em que medida tais mecanismos participativos são apenas fetiches. Afinal, a participação social é apresentada como mediadora dos termos da aposta: Estado, democracia, direito e cidadania e é nesta proposição/aposta que os governos locais, mais decididamente aqueles de Frentes Populares se firmaram. A questão da positividade apresentada nos estudos, a participação como mediadora de direitos (quem participa está limitado à categoria sujeito de direito) bem como seus limites, foram abordados neste estudo. Por fim, eis a tese: a participação através do Estado traz em si uma limitação genética, pois sua configuração está baseada no sujeito de direito. Essa categoria, na aparência, comporta uma igualdade, porém, na essência, mantém as desigualdades características da sociedade civil. É a partir desta desigualdade que se compreenderá o papel central do Estado na manutenção do capitalismo, na valorização do valor e na manutenção de uma limitada democracia.

Geomorfologia como base de análise ambiental integrada para o planejamento municipal - estudo de caso de Itabirito - MG*Autora: Paula Márcia Brasil Garcia**Orientadora: Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin***Resumo**

O crescimento sem planejamento adequado das cidades pode acarretar em áreas potencialmente de risco a movimentos de massa e erosão acelerada, o que se mostra presente em porções consideráveis de áreas urbanas do mundo subdesenvolvido e em

desenvolvimento. É indício de que a questão ambiental não recebe a devida atenção nos vários tipos de planejamentos territoriais. Nesse sentido, é fundamental que o planejamento do território das cidades contenha elementos analíticos que induzam e facilitem a avaliação do potencial de uso e ocupação da terra, de maneira a prevenir e mitigar os problemas ambientais decorrentes da ocupação desordenada ou inadequada da terra. A utilização da geomorfologia como base da análise integrada do meio ambiente pode ser usada não apenas na etapa de planejamento das cidades, como também da sua gestão, uma vez que as dinâmicas da superfície e subsuperfície constituem o fundamento das transformações pelas quais o município passa, tornando-se uma ferramenta de fundamental importância para o estabelecimento de planos de ação envolvendo o desenvolvimento sustentável dessas áreas. O objetivo do presente trabalho é o de apresentar abordagens complementares das análises ambientais, aliadas as geotecnologias, no sentido de orientar e subsidiar o desenvolvimento de Planos Diretores e de outros instrumentos de planejamento territorial.

“Wetland” como unidade hidrogeomorfológica no contexto de transição entre o cerrado e o semiárido mineiro: análise da dinâmica do pantanal da bacia de drenagem do rio Pandeiros - MG

Autor: Diego Alves de Oliveira

Orientadora: Cristina Helena Ribeiro Rocha Augustin

Resumo

O Pantanal Mineiro, na região Norte do estado é uma importante wetland na bacia do rio São Francisco. É, parcialmente responsável pelo aprisionamento de carbono e contenção de sedimentos transportados e depositados no rio São Francisco, contribuindo para seu assoreamento e pela disponibilização do C. Resultante da interação entre vários fatores como a geologia, geomorfologia e variações climáticas em região de transição de uma área tropical úmida para o semiárido sob efeitos dos pulsos de inundação dos rios São Francisco e Pandeiros, ele pode ser compreendido por meio da análise de sua dinâmica hidrogeomorfológica. O objetivo principal da pesquisa foi o de compreender a dinâmica desta wetland como unidade hidrogeomorfológica e não apenas ecossistêmica, como normalmente ocorre na literatura. Utilizou-se métodos e técnicas de estudo de vertentes, como a descrição, análise física e coletas de amostras de geocoberturas em perfis identificados em sítios geomorfológicos ao longo de transectos previamente selecionados. As amostras foram analisadas no laboratório de Geomorfologia do IGC/UFMG e incluíram: granulometria, pH, CE, MO, sódio, potássio, alumínio, ferro, bem como cálcio e magnésio. Realizou-se levantamentos subsuperficiais em profundidade, por meio do uso do Ground Penetration Radar (GPR) em áreas representativas do pantanal, com acompanhamento de tradagem em profundidade (trado mecânico). Para possibilitar a visão dessa evolução em passado recente, foram coletadas, com auxílio de trado russo, amostras em 3 locais do pantanal, para datação de ^{14}C . Também foi monitorada a flutuação do nível freático, medida em 5 piezômetros instalados em posições diferentes ao longo do pantanal. Para verificar as influências dos fatores naturais a longo prazo, foram coletadas amostras em partes da bacia do rio Pandeiros para análise de ^{10}Be , cujos resultados indicam taxas médias de desnudação da bacia em escala temporal de 1,5Ma a partir da frente de dissecação da chapada,

indicando que os processos erosivos podem ser parte integrante da evolução geomorfológica da bacia, com efeitos no desenvolvimento do pantanal. Para caracterizar melhor as influências do rio São Francisco no comportamento hidrosedimentológico do pantanal, foi realizada a comparação da assinatura química da água do rio Pandeiros e do rio São Francisco para demonstrar como a wetland pode ser formada (em sua fase úmida) quando associada às condições atmosféricas propícias ao desenvolvimento de pulsos de inundação na região. Também foram analisados dados de nível do rio São Francisco (a montante e a jusante do pantanal) e de vazão no rio Pandeiros (a montante do pantanal), por meio de 3 estações fluviométricas a fim de caracterizar o comportamento hídrico ao longo do ano hidrológico para as séries históricas acima de 40 anos. Os resultados indicam uma complexa dinâmica hidrogeomorfológica, dependente de condições multiescalares, a existência de condição de equilíbrio muito sutil.

Acessibilidade e mobilidade ao transporte coletivo por ônibus: evidências e contradições no caso de Belo Horizonte - MG

Autora: Daniela Antunes Lessa

Orientador: Carlos Fernando Ferreira Lobo

Resumo

As cidades são compostas por volumes construídos, conectados por espaços e redes, tendo como principal função o suporte aos processos econômicos, sociais, culturais e ambientais. A infraestrutura e a possibilidade de deslocamento de bens, pessoas e informações, traduzidas nos conceitos de acessibilidade e mobilidade, são aspectos/elementos do processo de (re)produção do espaço urbano. Nesta tese, o conceito de mobilidade não se refere apenas ao melhor deslocamento de um ponto a outro (circulação), ou à existência de infraestrutura viária e de diversos modos de transporte (acessibilidade). Incorpora a noção de circulação, o que permite ampliar as possibilidades de apropriação e uso coletivo e individual do espaço urbano. Já o conceito de acessibilidade, mais do que propriamente ao movimento strictu sensu, está relacionado à capacidade de alcançar destinos desejados, com a combinação das localizações e das características do sistema de transporte, considerando a distribuição geográfica da população e das atividades econômicas, assim como as respectivas características. A exemplo do que ocorre em outras capitais brasileiras, verifica-se em Belo Horizonte a reprodução de uma série de precariedades na provisão de acessibilidade e mobilidade urbanas, reflexo da histórica (in)capacidade de intervenção do poder público diante do processo de urbanização excludente e dos círculos viciosos que perpassam os processos de inclusão social e desenvolvimento socioeconômico. Diferentemente dos formatos clássicos, esta tese segue um formato alternativo com base em uma sequência de três artigos científicos, cujo objetivo principal é a análise das condições atuais da acessibilidade ao transporte por ônibus e da mobilidade espacial da população, bem como sua suposta influência no processo de consolidação de novas centralidades e ruptura do clássico modelo centro-periferia. No sentido inverso, busca-se avaliar se essa lógica “fractal” de organização das cidades contemporâneas tem permitido o rearranjo dos fluxos de transporte por ônibus nesses subcentros e entornos imediatos, de forma a evitar grandes deslocamentos para a Área Central do município,

conforme recomendado pelo novo Plano Diretor de Belo Horizonte. Os resultados apontaram sensíveis diferenças regionais no nível de acessibilidade ao modo de transporte por ônibus no município Belo Horizonte. Há, inclusive, espaços que se caracterizam como de intervenção pública prioritária, em que baixos níveis de acessibilidade são acompanhados por alta demanda de mobilidade. Ainda, diferentemente dos estudos que sugerem um forte processo de descentralização e rompimento do tradicional modelo centro-periferia, os resultados apresentados indicam que a estrutura espacial de Belo Horizonte se manteve altamente concentrada na Área Central, embora algumas centralidades urbanas tenham se destacado e, de forma ainda não extensiva, produzam alterações na distribuição dos fluxos de ônibus.

A atuação das cooperativas na agricultura familiar do município de Nepomuceno - MG: integração ao modo de produção capitalista e perda de soberania alimentar

Autor: Lucas Guedes Vilas Boas

Orientador: Klemens Augustinus Laschefski

Resumo

Nos últimos decênios, houve a ampliação da subordinação da agricultura ao modo de produção capitalista. A agricultura familiar não se absteve deste fenômeno, pois diversas estratégias, como a disseminação do crédito rural, o pagamento por produtividade e a dependência do setor urbano-industrial para a aquisição de insumos agrícolas, foram engendradas para a absorção dos agricultores e sua integração ao mercado. No município de Nepomuceno, cujo setor primário, principalmente a cafeicultura, se destaca na economia, é estreito o vínculo entre agricultura familiar e capitalismo. Desta maneira, o objetivo da tese é compreender o processo de incorporação da agricultura familiar nepomucenense ao modo de produção capitalista e sua integração ao agronegócio, discutindo suas principais características, como a atuação das cooperativas agropecuárias e a perda de soberania alimentar. Assim, foi necessária uma discussão conceitual distinguindo campesinato e agricultura familiar, de modo a evidenciar a definição de agricultura familiar adotada nesta pesquisa e identificar as principais características da produção agrícola nepomucenense. A pesquisa bibliográfica, a análise documental, o trabalho de campo, as entrevistas semiestruturadas e as caminhadas transversais foram os procedimentos metodológicos adotados no estudo. Para a avaliação da cafeicultura em Nepomuceno, construiu-se um breve histórico acerca da difusão da cultura cafeeira na porção sul do estado de Minas Gerais e no município de Nepomuceno nos séculos XIX e XX. Posteriormente, foi discutida a situação atual da cafeicultura em Nepomuceno. Os resultados mostraram que a maioria dos cafeicultores locais vende sua produção para as cooperativas atuantes no município, as quais revendem os grãos colhidos pelos agricultores para o Brasil e outros países. Destarte, as cooperativas, por intermédio dos serviços ofertados aos associados, assumem o papel de agentes que promovem a inserção da agricultura familiar no modo de produção capitalista e constituem a expressão do agronegócio em Nepomuceno. A soberania alimentar no município está ameaçada, uma vez que a agricultura empresarial, caracterizada pela produção de commodities, torna os produtores mais dependentes do mercado e diminui sua autonomia, inserindo-os na acirrada concorrência capitalista e impelindo-os ao uso de insumos oriundos das corporações multinacionais e

transnacionais que monopolizam o setor agroquímico. Os agricultores cuja produção é destinada somente ao autoconsumo, assim como aqueles que comercializam de forma autônoma os excedentes produzidos, oferecem uma alternativa e constituem resistências em relação à agricultura empresarial vigente no município. As formas e relações de trabalho e de produção dos trabalhadores da feira municipal de Nepomuceno, os quais vendem diretamente seus excedentes agrícolas aos consumidores, foram investigadas.

Visualização e valorização da paisagem a partir de geogame

Autora: Ítalo Sousa de Sena

Orientadora: Ana Clara Mourão Moura

Resumo

A paisagem é compreendida como os elementos presentes no espaço que são perceptíveis aos nossos sentidos, podendo assumir valores específicos de acordo com a perspectiva de observação ou função associada. Na descoberta das paisagens de Minas Gerais, o relevo e suas características fisiográficas serviram de marcos geográficos, orientando a ocupação do território e exploração dos recursos naturais, o que produziu ao longo de mais de três séculos uma paisagem cultural fortemente atrelada aos aspectos geodiversos da paisagem. Estes aspectos apresentam valores intrínsecos, relativos aos processos que fornecem serviços ambientais que mantêm a vida na Terra, assim como valores relativos à construção de identidade com a paisagem, gerando relações identitárias constituindo o caráter cultural expresso no espaço a partir das atividades antrópicas. Estas relações são construídas a partir da percepção dos elementos componentes da paisagem, constituindo os mapas mentais, que orientam a tomada de decisão sobre a atuação sobre o meio. Os ambientes virtuais produzidos para jogos digitais têm potencial para a representação dos elementos geodiversos da paisagem, considerando os diversos processos presentes nos geossistemas. Nesta perspectiva, o Minecraft foi utilizado como ferramenta de representação espacial e visualização da paisagem geodiversa da Serra de Ouro Preto, associado a um game-design como motivador da exploração do território e interpretação dos valores da paisagem. A pesquisa partiu da hipótese de que o ambiente virtual de representação, atrelado a um jogo exploratório, é capaz de favorecer a visualização e abstração dos valores relativos aos serviços geossistêmicos, provendo bases para a construção de uma imagem geodiversa da paisagem cultural da Serra de Ouro Preto, considerando os elementos que constituem a configuração espacial da cidade. Como forma de investigação da questão, a pesquisa se desenvolveu a partir da criação de um geogame utilizando o jogo digital Minecraft, considerando locais de interesse para a geodiversidade presentes na Serra de Ouro Preto. O método de construção do GeoMinasCraft, associado às técnicas de avaliação aplicadas para coleta de dados, favoreceram a compreensão da interação de nativos digitais com o ambiente virtual do Minecraft, assim como a capacidade do jogo em desenvolver a consciência espacial e ganho de consciência quanto aos aspectos gerais da geodiversidade local.

Dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMG no 2º semestre de 2019**Sertão-fronteira: a travessia dos homens provisórios**

Autora: Amanda Alves Maciel Rocha
Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa

Resumo

Esta pesquisa busca compreender os processos de construção de alteridades e formas de resistência dos sertanejos – subordinadas a um regime colonial de subalternidade – a partir das condições históricas e políticas em que se inserem. Para isso, propomos um giro epistemológico e enunciativo impulsionado, principalmente, pelas vozes dos sujeitos locais. A modernidade está em crise e, dessa fissura, surge a possibilidade de retomar outras epistemologias – outras matrizes de racionalidade – que ainda resistem à condição de invisibilidade a que são submetidas. Junto aos moradores de Paredão de Minas – distrito do município de Buritizeiro/MG –, refletimos sobre questões que superam a ordem local e levantam um amplo debate acerca da colonialidade do saber e do poder, das diferenças culturais que se combinam nas fronteiras, das formas de resistência e opressão, da fronteira agrícola que avança sobre o cerrado mineiro, dos sertões que nos escapam e dos caminhos a serem construídos rumo às emancipações sociais.

Estatuto da Cidade e o planejamento das áreas e usos rurais: estudo de caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Autor: Mateus Almeida Nunes
Orientador: Heloisa Soares de Moura Costa

Resumo

A partir de um diagnóstico realizado no trabalho em relação aos Planos Diretores elaborados a partir de 2005 na Região Metropolitana de Belo Horizonte, constatei uma grande deficiência dos textos em relação às propostas, programas e ações voltadas ao planejamento das áreas e usos rurais. Junto a isso temos legislações municipais extremamente permissivas em relação a novas expansões urbanas e conversões rural/urbano que possibilitaram um tecido urbano altamente fragmentado.

Diante disso, a dissertação tem como foco principal na análise das legislações urbanísticas federais, estaduais e municipais que regem os processos de expansão urbana e planejamento territorial, com o intuito de averiguar os impactos possíveis no ambiente rural, além de tentar compreender os motivos que levaram os Planos Diretores a não aprofundar nas dinâmicas rurais.

O Estatuto da Cidade, Lei Federal 10.257/2001 terá uma ênfase maior, tendo em vista que grande parte do conteúdo existente nos Planos Diretores municipais deriva de seu texto e nortearam todo o processo participativo de produção das legislações municipais.

Para se chegar à esta análise, primeiramente é necessária a apresentação de um retrospecto sobre o processo de industrialização/urbanização no Brasil que resultou na metropolização de diversos centros urbanos, com aprofundando na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além de expor também, uma contextualização sobre as frentes teóricas atuais que estudam a nova configuração das pluriatividades rurais em integração e complementariedade com o urbano.

Caracterização de Latossolos de Mares de Morros Florestados- MG como subsídio para o entendimento da evolução dos compartimentos geomorfológicos

Autor: Brunno Cesar Pereira

Orientadora: Cristiane Valeria de Oliveira

Resumo

O trabalho teve como objetivo analisar o grau evolutivo de duas unidades geomórficas, com base na relação solo-paisagem, a partir da comparação entre os Latossolos de topo de posições altimétricas diferentes, na região da Serra de São Geraldo, localizada na mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais. Para analisar as superfícies geomórficas no que diz respeito a sua evolução, foram selecionados perfis de Latossolos presentes no topo de cada superfície. Cada perfil foi caracterizado morfológicamente em campo, assim como foi feita uma descrição das áreas de coleta. Em seguida, amostras dos horizontes Bw de cada perfil foram encaminhadas ao laboratório para análises físicas, químicas, mineralógicas e micromorfológicas. As informações das análises laboratoriais foram fundamentais para mensurar a evolução dos Latossolos e descrição da cronologia relativa das superfícies. Para as análises físicas, os solos localizados no patamar mais elevado apresentaram teor de argila superior, e teores de areia total, silte e relação silte/argila inferiores, apresentando textura muito argilosa. Os solos da superfície inferior obtiveram redução dos teores de argila e aumento da areia total, silte e relação silte/argila, e textura argilosa. Para as análises químicas, a condutividade elétrica em água foi inferior para os solos da superfície mais elevada, o que indica menor quantidade de componentes condutores, como os sais, por perda pela exposição ao tempo. Ocorreu o predomínio do ΔpH negativo para os solos do patamar inferior, indicando solos menos evoluídos, além do ataque sulfúrico que indicou maiores teores de óxidos de ferro, alumínio e titânio para os Latossolos do patamar superior, e relações moleculares K_i e K_r superiores na superfície rebaixada. Já para as análises mineralógicas, há um predomínio de gibbsita no patamar superior para o teor de argila, indicando solos mais evoluídos, além de ilmenita, que é composta por óxidos naturais de ferro e titânio, no teor areia para os mesmos solos. Os Latossolos do patamar inferior apresentaram minerais de mica na areia, indicando menor grau de evolução. E por fim, as análises micromorfológicas ofereceram informações relevantes quanto à distribuição do fundo matricial, exibindo plasma mais homogêneo, maior ocorrência e proporção para o perfil 1 e maior quantidade do esqueleto para o perfil 5, corroborando com maior teor de argila para o primeiro perfil, pelo plasma ser composto por basicamente argila, e

areia total para o perfil 5, sendo o esqueleto composto pelo material grosso, indicando maior grau evolutivo para o perfil 1 em relação ao perfil 5. Portanto, os parâmetros utilizados para analisar o grau evolutivo dos solos, conseqüentemente a cronologia das superfícies da área de estudo, mostraram resultados que corroboram com a hipótese de que a superfície superior é mais antiga, com Latossolos mais evoluídos em relação à superfície inferior, que apresentou Latossolos com menor grau de evolução.

Quitandas quilombolas: identidades, resistência e etnodesenvolvimento em paisagens culturais do Médio Jequitinhonha

Autora: Luciana Priscila do Carmo

Orientador: Jose Antonio Souza de Deus

Resumo

A dissertação versa sobre os estudos da Geografia Cultural e Humana alinhados aos estudos da Geografia dos Alimentos Tradicionais, colocando em evidência a produção e o “saber-fazer” de quitandas enquanto práticas de reprodução social e cultural de comunidades quilombolas da região situada no “Médio” Vale do rio Jequitinhonha – Nordeste do estado de Minas Gerais, e mais especificamente de comunidades localizadas nos municípios mineiros de Chapada do Norte e Berilo. O objetivo geral do trabalho é problematizar sobre em que medida há um reconhecimento das quitandas por grupos quilombolas enquanto elementos da identidade cultural e coletiva. A partir disso pretendeu-se entender se uma possível valorização e identificação de paisagens culturais de comunidades quilombolas será um fator que contribui, ou não, para medidas de proteção e salvaguarda do patrimônio material e imaterial e fortalecimento de um Etnodesenvolvimento de comunidades tradicionais no Médio Jequitinhonha. Os estudos estão sendo realizados por meio de um Método Qualitativo, estreitamente vinculado às categorias de análise e paradigmas de interpretação da Geografia Cultural, com elementos e/ou aproximações com a Etnografia/ Etnogeografia, influenciada por reflexões filosóficas e teórico metodológicas do Marxismo-Cultural. O protagonismo assumido no processo pelas mulheres negras, agricultoras e quilombolas, com vistas à reprodução social e cultural é o que imprimiu maior continuidade de grupos familiares no meio rural e favoreceu a permanência cultural em território quilombola no Médio Jequitinhonha. Diferentes relações destas mulheres com o saber-fazer quitandas e com as dimensões mais amplas do processo de construção e reconstrução identitárias quilombolas é que fortalecem a necessidade de maior reconhecimento de suas paisagens culturais enquanto chancelas institucionalizadas e, sobretudo, pelas próprias comunidades, marcadas pela resistência de natureza identitária e cultural comunitárias, e principalmente de mulheres, e em sua reafirmação contínua de identidade afro-brasileira e afro-descendente.

Clima e doenças respiratórias: inter-relações no município de Belo Horizonte - MG

*Autora: Denise Marques Sales
Orientador: Wellington Lopes Assis*

Resumo

Pensar a saúde em espaços urbanos é, acima de tudo, entender os elementos que os compõem e a existência de uma trama com diversas interações, confrontos e afinidades de origem ambiental e social. Dentro dessa perspectiva as condições climáticas vêm ganhando espaço em estudos epidemiológicos, principalmente em relação aos agravos à saúde respiratória. Em paralelo a esse cenário e definindo a escala de análise, percebe-se um grande volume de casos de doenças respiratórias no município de Belo Horizonte (MG) que constitui um problema para a saúde pública e ocupa posição de destaque entre as principais causas de internação no Sistema Único de Saúde. Objetivo dessa pesquisa é a de entender em que medida nos ambientes antropizados as condições climáticas agravam diretamente o conforto humano e conseqüentemente a saúde, deixando a população de 0 a 5 anos mais vulnerável. Através das análises dos dados climáticos e de saúde, das análises rítmicas e da modelagem ambiental foi possível identificar algumas inter-relações. Foram utilizados registros mensais de cinco estações meteorológicas pertencentes à FEAM e de quatro estações meteorológicas do INMET. Identificaram-se os sistemas atmosféricos utilizando-se cartas sinóticas, do DHN, e imagens de satélite, disponíveis na página do INPE. As informações relacionadas às doenças respiratórias foram disponibilizadas pela SMSA e os dados da malha urbana de Belo Horizonte da PRODABEL. Concluindo-se que elementos do clima (variações de temperatura, baixa umidade relativa do ar, redução da precipitação, a emissão e concentração de poluentes no ar), sazonalidade (características predominantes das estações do ano e a transição entre elas) e alguns tipos de organizações sócio-espaciais (zonas de baixa renda, próximas de complexos industriais e classificadas como vulneráveis) sofrem agravos à ocorrência de doenças respiratórias. Nas análises temporais foi possível identificar abril como o pico e janeiro como o mês de menor ocorrência. Já as análises espaciais revelaram que os distritos sanitários em que há potencial de ocorrência de doenças respiratórias são Venda Nova, Norte, Nordeste, Leste e Barreiro validadas a partir dos dados empíricos contendo o número de ocorrência de doenças respiratórias por setor censitário. Torna-se apropriado pesquisar essas interações, uma vez que esses grupos de doenças crônicas representam, hoje, a terceira causa de mortalidade no Brasil, perdendo apenas para as doenças cardiovasculares e as cancerígenas. Nesse sentido, espera-se com os resultados desse trabalho, o poder público possa obter novos olhares para intervir na saúde, possibilitando a diminuição dos gastos e a criação de políticas públicas mais eficazes em áreas vulneráveis à propagação de doenças. Isso é importante para reduzir iniquidades e ampliar a equidade do atendimento, hospitalização, tratamento e prevenção das doenças respiratórias em crianças de 0 a 5 anos e possivelmente para outras faixas etárias também acometidas.

Territórios de cultura: potencialidades de insurgência e recuperação

*Autora: Gabriela Vilas Boas Ornelas
Orientadora: Doralice Barros Pereira*

Resumo

Os territórios de grupos culturais são carregados de dominância simbólica em função da rede de significados criados. A multiplicidade e a diferença inerentes à cultura encerram o poder da apropriação, isto é, acarretam aos territórios desses grupos o valor de uso, trazendo marcas do espaço vivido. Assim, podemos entender a cultura para além da distração e pensá-la como elemento estratégico no fortalecimento de territórios e suas lutas? Objetivamos compreender como a apropriação do elemento cultural por grupos culturais periféricos atinge as formas de atuação no espaço, significando-o e tecendo relações.

Como metodologia, realizamos entrevistas semi-estruturadas com lideranças culturais de dois grupos pernambucanos no ano de 2018: Coco de Umbigada e Maracatu Nação Cambinda Estrela, localizados nas periferias urbanas de Olinda e Recife, respectivamente. A partir das falas das entrevistadas, costuramos a categoria geográfica território com a literatura por meio da análise do discurso nas obras de ORLANDI (2007) e PÊCHEUX (1996; 1988). Percebemos que nesses territórios cabem a cultura, a educação, a religião e a composição social e que as lutas são organizadas de forma específica, por meio de estratégias adequadas às relações externas e protetoras do que lhes é caro enquanto simbologia. Assim, podemos pensar que a presença da cultura espalha-se e organiza a vida pela dicotomia da recuperação e da insurgência associada à construção de uma referência política local, um espaço onde se pode pedir auxílio e se sentir integrado.

Do canteiro ao cotidiano: o legado de processos autogestionários de produção de moradias em Belo Horizonte

*Autora: Livia Maria Moreira de Moraes
Orientadora: Heloisa Soares de Moura Costa*

Resumo

Na década de 1980, o movimento de moradia se articula e ganha força nacional, realizando uma série de ações que objetivavam a elaboração de um Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para que o país incorporasse a pauta da autogestão. A transição entre décadas será fértil para o surgimento de programas de governo afeitos à questão autogestionária na produção de moradias; São Paulo e em Ipatinga serão os primeiros municípios a transformarem o pleito autogestionário em decisão política. Inspirado pelos antecedentes de Ipatinga e São Paulo, o Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão será aprovado em 1996 durante a gestão de Patrus Ananias (1993-1996) em Belo Horizonte. Porém, com o lançamento do Programa Crédito Solidário – primeiro programa de produção de moradias do governo Lula que intenciona responder a demanda da autogestão – em 2004, o programa

municipal perderá razão de existir. Paralelamente, os movimentos sociais em prol de moradia da Região Metropolitana de Belo Horizonte, insatisfeitos com os poucos avanços nas políticas habitacionais de seus municípios, irão realizar ocupações de terra urbanas a partir de 2006. Dito isto, é possível fazer a distinção entre dois tipos de processos coletivos autogestionários voltados à produção de moradia: o primeiro é fruto geral de um programa de governo, seja ele municipal ou federal, portanto conta com a mediação do Estado e o segundo é conduzido por moradores, por vezes assessorados por técnicos e/ou movimento sociais, mas a presença estatal não se faz mister. Nesta dissertação, o primeiro será identificado como autogestão via produção habitacional e o segundo, autogestão via produção de cidade. A questão que a pesquisa intenciona responder é em que medida um processo de produção de moradias autogestionário, de qualquer tipo, é capaz de criar condições para que o grupo de moradores se mantenha coletivamente mobilizado após o término das obras e o objetivo geral é compreender os avanços e/ou retrocessos em direção à autonomia – um dos fundamentos da autogestão – do grupo envolvido em dois momentos distintos: durante a produção do conjunto/ocupação e durante sua fase de consumo. Para tal, analisou-se o processo produtivo e o pós-ocupação de quatro experiências autogestionárias belo-horizontinas: a) Urucuia e Villarégia, resultantes do Programa de Produção de Conjuntos Habitacionais por Autogestão; b) Residencial Serra Verde, resultante do Programa Crédito Solidário e c) a vila Eliana Silva, que nasce como uma ocupação de terra urbana assessorada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas.

As linguagens no Ensino de Geografia: caminhos metodológicos

Autor: Lucas Lobato Ferreira

Orientadora: Valeria de Oliveira Roque Ascensão

Resumo

Este trabalho tem como objetivo central investigar possibilidades postas pelas linguagens imagéticas no desenvolvimento de raciocínios geográficos para a estruturação de práticas de ensino na Geografia Escolar. As propostas aqui formuladas resultam dos anseios vividos pelo autor, quando atuou como professor de Geografia do Ensino Básico, período em que buscou estimular o envolvimento dos estudantes com o uso de diferentes formas de linguagem.

Os incômodos provenientes destas práticas didáticas suscitaram o questionamento das formas de internalização dos conteúdos geográficos pelos estudantes e dos movimentos intelectuais desenvolvidos neste processo. Partindo do princípio que a oralidade seja um importante meio para entender as concepções dos estudantes, inclusive frente ao conhecimento geográfico, diversificar as formas de linguagens durante aulas de geografia pode motivar sua participação e contribuir neste processo.

Neste trabalho, considerou-se importante desenvolver habilidades cognitivas que mobilizem a formação de raciocínios com o fim de aproximar os conhecimentos geográficos das práticas de interpretação do espaço vivido e reconhecido pelos estudantes. Assim, torna-se importante investigar como diferentes formas de linguagem

atuam na construção discursiva dos estudantes, mas também na construção de raciocínios geográficos que estejam para além da informação, na sua formação.

Priorizou-se a mediação didática para mobilizar conhecimentos geográficos, ancorando os conceitos de paisagem e lugar, na interpretação do espaço vivido e reconhecido pelos estudantes, em uma turma do sexto ano do ensino básico em uma escola pública de Belo Horizonte.

Amparado nestes posicionamentos, realizou-se esta pesquisa-ação optando pelo planeamento organizado em sequência didática. Foram realizadas quatro atividades durante as aulas, mobilizando a fotografia, o mapa, o vídeo e o filme. A apresentação dos recursos imagéticos nas três primeiras atividades favoreceu a participação e proporcionou caminhos para a interpretação espacial.

Na última atividade, foi realizada uma produção fílmica, composta pelo conjunto de outras formas de linguagens como a textual no roteiro, a pictória na definição dos planos de enquadramento e a oralidade em todas as fases de produção. A etapa de filmagem sofreu alterações que inviabilizaram sua análise como resultado da pesquisa, se constituindo como uma devolutiva desta pesquisa-ação, para os participantes.

Foi possível constatar a importância da oralidade no processo de ensino, através da mediação. A realização das atividades favoreceu na contextualização das realidades que permeiam o espaço vivido pelo grupo de estudantes, possibilitando indicar potencialidades das linguagens imagéticas na mobilização do conhecimento geográfico e na motivação da participação.

A produção do espaço de insurgência: as Jornadas de Junho de 2013

Autor: Túlio César Teixeira Ferreira

Orientador: Sergio Manuel Merencio Martins

Resumo

Esta pesquisa se apresenta como uma análise da conjuntura dos fenômenos urbanos nos momentos de revolta, especificamente as Jornadas de Junho de 2013 em Belo Horizonte - MG. Em um mundo onde as possibilidades de criar novas alternativas que venham a dar significados às vontades populares parecem estar fechadas, pensar e produzir um espaço-tempo próprio, que estabeleça a ruptura com a normalidade do capitalismo se faz necessário. Diante dessa realidade que expropria a ação do ser, é fundamental ir além das institucionalidades que condicionam o aprisionamento da participação popular nas esferas decisórias das nossas vidas. O Estado, enquanto simulacro que intermedeia as relações sociais, é questionável. No século XXI, as revoltas que eclodem em vários locais do mundo reivindicam a autonomia dos usos dos recursos comuns e clamam pelo espaço público. A radicalidade do público se conserva na rua, sobretudo quando é subvertido o real significado da via, que se apresenta como meio pelo qual o processo da circulação do capital se completa. De maneira dialética, a reflexão necessária para transpor a forma mesma do fazer política para o fazer político perpassa as dimensões

categorías da violência, do poder, da utopia e da ideologia, produzindo, assim, o espaço de insurgência.

O sistema GTP (geossistema – território - paisagem) no município de Arcos – MG: uma análise da paisagem

Autora: Glaucia Silva Oliveira

Orientadora: Vilma Lucia Macagnan Carvalho

Resumo

O planejamento de usos da terra que considera os elementos constituintes de uma paisagem de forma conjunta culmina em uma melhor racionalidade de uso do espaço e dos recursos, o que acaba por minimizar impactos negativos ao ambiente e ao ser humano. Na área da geografia, no Brasil, o estudo de paisagens tem influências das escolas alemã, russa, anglo saxônica e francesa, alguns de seus principais representantes são Denis Cosgrove, Carl Sauer, Sotchava, Georges Bertrand, dentre outros. Partindo desta premissa, este trabalho considera como hipótese que o estudo e análise de paisagens cooperam para a compreensão sobre as inter-relações dos elementos componentes do espaço geográfico, revelando suas dinâmicas, sendo base portanto, para o planejamento e gestão do território, assim como para proposições de usos sustentáveis da terra. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo a análise da paisagem do município de Arcos – MG. Como objetivos específicos intentou-se:- Apresentar potencialidades, fragilidades e/ou limitações dos geocomplexos a fim de diagnosticar e indicar usos sustentáveis da paisagem visando uma racional gestão do território; - Subsidiar futuros estudos socioambientais voltados para o planejamento, gestão e ordenamento do território municipal. O método adotado para a análise da paisagem do município de Arcos é uma adaptação do Sistema (Geossistema – Território – Paisagem). de Bertrand e Bertrand (2007), através da identificação e caracterização, em um primeiro momento de geocomplexos, e depois de geofácies / cenários revelando suas dinâmicas em fases de biostasia e/ou resistasia. As etapas para a elaboração do estudo conformaram métodos em campo, como o registro da paisagem e pesquisa com a população / órgãos públicos, e em escritório contando com sistematização e organização das informações se pautando na leitura, escrita e uso de SIG – Sistemas de Informações Geográficas. Foram identificados três geocomplexos no município de Arcos: Depressão em carste associado a zona de agricultura; Planalto com afloramentos calcários associados a Mata Seca; e Planalto de morros de topos côncavos e convexos associado a Cerrado, estes definidos principalmente a partir da dinâmica ambiental rural urbana se refletindo de forma mais perceptível na vegetação. Os resultados apontam para uma conexão entre os três geocomplexos identificados no município de Arcos e os geofácies / cenários representantes da paisagem observados em campo. Como perspectiva para os estudos de paisagem na área da geografia, entende-se que os métodos que consideram a sociedade e a natureza de forma integrada geram diálogos e resultados mais coerentes em relação às suas dinâmicas, já que seus elementos constituintes fazem parte de um mesmo panorama que corresponde à uma dinâmica formada por engrenagens diferenciadas em suas temporalidades e espacialidades.

**Critérios e desafios na definição de Áreas de Restrição de Uso em Minas Gerais:
reflexões a partir do estudo de caso da bacia do rio Grande***Autora: Laura Bertolino de Souza Lima**Orientador: Antonio Pereira Magalhães Junior***Resumo**

A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) rege o uso das águas no Brasil por meio da Lei Federal nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997. É a partir de suas diretrizes que se estrutura o sistema de gestão dos recursos hídricos no país, a fim de promover a articulação entre o planejamento dos recursos hídricos e dos setores usuários, viabilizando disponibilidade de água aos usos múltiplos.

A PNRH impulsiona a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos por bacia hidrográfica, demandando como escopo mínimo a definição de Áreas de Restrição de Uso (ARU's), a fim de proteger os ecossistemas aquáticos e as áreas de recarga hídrica.

Nesse sentido, essa pesquisa teve como objetivo analisar o processo de definição das áreas de restrição de uso da água nos Planos de Recursos Hídricos das bacias hidrográficas de Minas Gerais, a partir do estudo de caso da bacia federal do rio Grande. O intuito foi identificar os principais critérios selecionados para a delimitação dessas áreas em Minas Gerais, bem como investigar a estrutura geral de formulação das propostas de restrição de uso pelos representantes dos comitês de bacia.

O levantamento bibliográfico a respeito da restrição de uso no Brasil e a consolidação do estado da arte das propostas de ARU's em Minas Gerais conduziu às reflexões iniciais, complementadas pelas entrevistas semiestruturadas aos membros do Grupo de acompanhamento do Plano da bacia do rio Grande e do Grupo de Trabalho do Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Este último, atualmente tem como pauta o modelo de proposição das áreas de restrição de uso no estado.

Os resultados demonstraram que a proposta de áreas de restrição de uso na bacia do rio Grande reproduz o padrão metodológico adotado nos planos de bacia em Minas Gerais, utilizando as Unidades de Conservação e as Áreas Prioritárias para Conservação como variáveis básicas. O panorama dos planos revelou ser heterogênea as variáveis, utilizadas sob diferentes perspectivas. As Unidades de Conservação e o Enquadramento dos cursos d'água são os critérios mais abordados, seguido das Áreas de Preservação Permanente e Áreas Prioritárias para a conservação da Biodiversidade.

As entrevistas ressaltaram a necessidade da criação de uma nova ferramenta para trabalhar as ARU's, bem como ser primordial o avanço da regulamentação da compensação pela restrição de uso, seja do solo ou da água. O mapeamento dos conflitos existentes ou potenciais foi destacado como essencial na delimitação das ARU's, indicando regiões preferenciais para mitigar as causas do conflito pela água.

Para que a delimitação seja representativa, é essencial uma compreensão clara das implicações das restrições de uso para cada setor, sendo as transformações resultantes de um processo de negociação entre os segmentos.

Por fim, o estágio em que se encontra o processo de definição das ARU's suscita uma visão crítica, para que a restrição de uso seja vista como produto do esforço coletivo em promover a conservação ambiental.

Entre a Serra e o Quintal de Casa: Conciliando Proteção Integral e Ocupação Humana nos Monumentos Naturais Itatiaia e Várzea do Lajeado e Serra do Raio (MG)

*Autora: Clara Mascarenhas Romeiro
Orientador: Bernardo Machado Gontijo*

Resumo

As áreas protegidas são uma das principais estratégias de conservação da natureza. No Brasil, sob a denominação de Unidades de Conservação (UCs), estes territórios são representados por doze categorias, cada qual com suas especificidades de manejo. O Monumento Natural (MONA) corresponde a uma dessas categorias que, enquadrado no grupo de Proteção Integral, visa à preservação de sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica, bem como a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. Tal categoria, diferentemente de outras integrantes do grupo de Proteção Integral, admite a existência de propriedades particulares em seu interior. Considerando-se a aparente incongruência entre a definição de proteção integral e a proposta de conciliar esta à ocupação humana nos MONAs, apontamos, como objetivo geral desta pesquisa analisar os desafios e possibilidades ligadas a essa compatibilização. Para tanto, o locus desta pesquisa abrange dois MONAs inseridos na Serra do Espinhaço: o MONA Itatiaia (Ouro Branco/ Ouro Preto - MG) e o MONA Várzea do Lajeado e Serra do Raio (Serra – MG), criados, respectivamente em 2009 e 2011, com o intuito de manter populações residindo em seu interior. Diante da problemática levantada pela categoria MONA apresentamos a hipótese de que os desafios ligados à compatibilização entre proteção integral e ocupação humana nesses territórios estão intimamente vinculados à falta de clareza em relação aos preceitos da categoria em questão. Com o intuito de aclarar a concepção de MONA realizamos uma extensa revisão bibliográfica acerca da mesma e dos discursos de conservação da natureza subjacentes a ela no âmbito das áreas protegidas. Através desta revisão, nos deparamos com o fato de que durante o processo de redação da Lei que institui as UCs no Brasil (SNUC), diversos elementos fundamentais da concepção de MONA foram por ela suprimidos, impossibilitando uma apreensão correta desta categoria no âmbito nacional. Os trabalhos de campo realizados nos MONAs Itatiaia e Várzea do Lajeado e Serra do Raio vieram a corroborar este fato. Por meio da realização de 10 entrevistas semiestruturadas com um grupo amostral que inclui gestoras e moradores das UCs, foi possível perceber que ambas vem sendo geridas sob os moldes da categoria Parque, e enquanto tal, apresentam poucas possibilidades no que diz respeito à compatibilização entre ocupação humana e proteção integral. Assim, propomos que o ponto central da problemática dos

MONA reside na apreensão do conceito de proteção integral que, pautado na concepção de ecossistemas, levaria a uma gestão mais restritiva dos aspectos antrópicos nas UCs, impossibilitando o exercício da prerrogativa conciliatória daquela categoria, que se encontra mais afim à noção de paisagem. Reiteramos a necessidade urgente de haver uma regulamentação legal dos MONAs, conferindo-lhe diretrizes claras de gestão.

Geografia do Brasil: uma questão de discurso

Autora: Bruna Torres Batista

Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio

Resumo

Nos dias atuais falar de uma Geografia do Brasil pode até parecer algo banal e óbvio devido a sua presença cativa nos currículos dos cursos básicos e superiores de Geografia. Mas nem sempre foi assim. A história lembra que a construção da Geografia do Brasil foi um processo que andou pari passu com a constituição do território brasileiro e com a construção do Estado Nação. Assim, à medida que o Brasil ganhava seus contornos cartográficos e construía sua história e seus símbolos como uma Nação, a Geografia enquanto saber era formulada tendo em vista o próprio Brasil como objeto de análise. Foi um movimento concomitante: de um lado este país foi construindo seu espaço geográfico ao longo de mais de quinhentos anos e de outro, estava o nascente saber geográfico se consolidando ao mesmo tempo que estudava o Brasil. Nessa relação uma disciplina surge no saber escolar e acadêmico, a chamada Geografia do Brasil. Este trabalho tem como objetivo estudar tanto o processo histórico-discursivo de formulação da Geografia do Brasil como disciplina, como também analisar o próprio discurso desta em relação ao Brasil. Utilizamos a teoria e metodologia da Análise do Discurso trabalhada na confluência entre três autores específicos, Foucault, Pêcheux e Bakhtin. A construção teórico-metodológica da pesquisa possibilitou elaborar melhor nosso objeto de estudo de acordo com a sua especificidade e permitiu também dar um tratamento especial às fontes de análise. O principal interesse da pesquisa foi responder a questão sobre como a própria Geografia, enquanto saber acadêmico e a partir de um discurso científico enunciou e elaborou o Brasil. A disciplina analisada foi especificamente a ofertada em Minas Gerais pela Faculdade de Filosofia de Minas Gerais, posteriormente federalizada, se tornando a Universidade Federal de Minas Gerais. Compreendendo as décadas de 1940 e 1950 a pesquisa analisou textos e documentos que continham os temas a respeito da Geografia do Brasil. A necessidade de falar a partir de Minas Gerais neste período foi impulsionada em certa medida pelas poucas pesquisas no campo da História do Pensamento Geográfico a respeito do curso mineiro e do pouco reconhecimento de sua participação na história da Geografia. E por procurar compreender como o Brasil era visto do ponto de vista mineiro fazendo um contraponto a São Paulo e Rio de Janeiro. A análise nos proporcionou conhecer um discurso que teve grande preocupação com o Estado brasileiro incorporando os valores do desenvolvimentismo no tratamento da natureza e na valorização do território. Foi um discurso marcado pelo nacionalismo ao mostrar uma geografia como um saber útil a serviço dos interesses da nação, marcada pela ideologia da mineiridade na valorização do estado mineiro frente ao estado nacional.

Os procedimentos metodológicos compreendem etapas: de detalhamento, escolha, triagem, coleta e descrição das variáveis e dos indicadores, aplicação do método Two Step Clusters e validação com a análise de discriminante. Como resultados, percebeu-se que, embora a cidade não possua sua geomorfologia acidentada, e, que no estado de Goiás tenha sido identificado um número inexpressivo de aglomerados subnormais, isso não significa que a pobreza seja assim, pois espacialmente as características não estão visualizadas de maneira acentuada. Isso é resultado da elevada desigualdade de renda e desenvolvimento, assim como de diferentes modos de vida, de estabelecimento, de relações sociais. Também, que onde há aglomerados subnormais, muitas vezes as condições relacionadas à infraestrutura, indicadores e variáveis se equiparam à áreas da periferia do município, não destoando demasiadamente. Concomitantemente, há uma série de elementos ao mesmo tempo ímpares e plurais na cidade e uma concentração majoritária em determinados espaços urbanos de pessoas pertencentes a dada classe social.

Entre bordados, rodas e partilhas: avanços e desafios do trabalho associado e do empoderamento das mulheres da vila

Autor: Solimar Carnavalli Rocha
Orientadora: Rogata Soares Del Gaudio

Resumo

No século XXI, com a difusão cada vez maior de informações proporcionada pelo advento da internet, muitas discussões e conceitos das ciências humanas que antes se restringiam a determinados ambientes, como o acadêmico e o da militância, se popularizam e alcançam com mais facilidade pessoas e grupos não inseridos nesses ambientes. Um exemplo é o conceito de empoderamento, especialmente o feminino, que foi buscado na plataforma Google quatro vezes mais em 2017 que em 2012 pela população brasileira com acesso à internet. Por outro lado, ainda que a partir dos anos de 1970 tenha aumentado significativamente a participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres seguem ganhando menos que os homens, e exercendo trabalhos mais precarizados e desregulamentados. Esta pesquisa trata do empoderamento feminino como instrumento de emancipação e sua relação com o trabalho associado de mulheres. O ponto central da problemática diz respeito ao questionamento: em que medida, a atuação de mulheres das camadas populares em associações de trabalho favorece ou não a construção e/ou consolidação do empoderamento feminino e o engajamento comunitário e político. O objetivo geral consiste em identificar possíveis articulações entre a participação de mulheres associadas com o processo de empoderamento feminino e o envolvimento político-social em suas comunidades. Para alcance de tal objetivo, como parte da metodologia, foi realizada pesquisa de campo por meio da observação participante, além de entrevistas semi-estruturadas. Tais procedimentos ocorreram na associação Mulheres da Vila, um grupo de artesãs e bordadeiras moradoras da periferia de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, entre agosto de 2017 e abril de 2019. A observação participante teve lugar, na maioria das vezes, nos dias em que acontecia a atividade da roda de conversa, com periodicidade variável entre quinzenal, mensal ou a cada dois meses. Os dados coletados, tanto as notas de campo como as entrevistas semi-estruturadas foram tratados

por meio da Análise Crítica do Discurso, de modo a compreender as construções ideológicas, ou seja, as visões de mundo a respeito de sua condição de mulher e seus vários recortes possíveis, presentes no cotidiano das mulheres sujeitos desta pesquisa. Os resultados da investigação mostram que a concepção de mundo se revelou, em grande parte, nas trocas e confrontos a partir dos questionamentos e da curiosidade das interlocutoras a respeito de aspectos da vida da pesquisadora. O trabalho das mulheres na associação permite a elas uma inserção precária na sociedade de consumo. No âmbito pessoal, a associação mostra-se como um espaço aberto, acolhedor e seguro para relatos e desabafos de situações vividas como mulheres pobres e periféricas.

Áreas de proteção ambiental municipais do mosaico do espinhaço: territórios protegidos? Interfaces entre conservação ambiental e gestão integrada

Autora: Maíra Cristina de Oliveira Lima

Orientador: Bernardo Machado Gontijo

Resumo

Área de Proteção Ambiental (APA) é um tipo de unidade de conservação (UC) de uso sustentável instituída pelo SNUC com o objetivo de conciliar a conservação ambiental com a permanência humana e de suas atividades socioeconômicas. Devido ao seu caráter de uso múltiplo, consiste na categoria de manejo com mais representatividade territorial no país. No Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha/Serra do Cabral estão instituídas 15 APAMs. A disposição geográfica dessas áreas juntamente com suas similaridades socioambientais proporcionaram a composição de quatro núcleos no Mosaico do Espinhaço: Alto Jequitinhonha, Maria Fumaça, Serra do Cabral e SempreVivas. Os embates que comprometem a consolidação das APAMs enquanto territórios protegidos se relacionam, dentre vários aspectos, às dificuldades em considerá-las como prioridade na agenda municipal, na carência de recursos humanos e financeiros e no não envolvimento da comunidade na criação e desenvolvimentos de ações da UC. Ademais, por não ser necessária a desapropriação, os órgãos gestores das APAMs precisam lidar com os distintos interesses setoriais e territoriais paragestão de recursos naturais considerados como de bem comum. Em contrapartida, observamos iniciativas de gestão que fortalecem a conservação ambiental local com o envolvimento da comunidade. As interfaces que envolvem a gestão destas áreas foram observadas a partir da perspectiva do Mosaico do Espinhaço, que pretendeu analisar essas categorias de gestão ambiental e territorial numa perspectiva de interação e fortalecimento mútuo. Para tanto, este estudo se apoiou numa abordagem qualitativa, com subsídios de fontes primárias e secundárias como o apoio de material bibliográfico e documental e a realização de trabalhos de campo para aplicação de entrevistas semiestruturadas com gestores das APAMs selecionadas. Para análise e interpretação das falas dos entrevistados, utilizamos a análise de conteúdo na perspectiva proposta por Bardin. A partir desses objetivos e procedimentos, percebemos que a integração do Mosaico do Espinhaço frente às APAMs ainda é incipiente, devido à dificuldade de articulação mútua e por fragilidades internas que incidem sobre essas categorias. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de estratégias que partem da unidade composta pelos núcleos propostos por estudo de forma a fortalecer a rede de colaboração já existente nesse território.

O Lugar da Mulher Haitiana na Imigração para a Região Metropolitana de Belo Horizonte*Autora: Káren Cristina de Fátima Guedes Albino**Orientador: Weber Soares***Resumo**

Após o terremoto que devastou e causou milhares de mortes no Haiti em 2010, o número de haitianos que deixaram o seu país e vieram para o Brasil a fim de tentar uma vida melhor aumentou consideravelmente. Neste contexto, a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) emerge como um polo atrativo destes imigrantes devido a redes, lugares e territórios que eles próprios têm constituído na última década. Por outro lado, ao longo desta pesquisa, pude perceber que a situação de inserção social da mulher haitiana no novo contexto metropolitano tem se dado de forma muito menos intensa e efetiva, se comparada à dos homens. Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é analisar as relações de gênero existentes entre os imigrantes haitianos que vivem na RMBH, de forma a compreender se têm havido mudanças nessas relações durante o processo migratório e fixação nesta metrópole e, por fim, se essas eventuais mudanças têm permitido às mulheres haitianas seu empoderamento, a construção dos seus lugares de emancipação e a conquista de direitos no contexto belo-horizontino. Para a consecução destes objetivos, lancei mão de incursões etnográficas orientadas pelos métodos fenomenológico-geográfico e História Oral.

Discussão dos processos de encouraçamento de leitos fluviais (bed armouring) na perspectiva geomorfológica: o caso do Rio Conceição – Quadrilátero Ferrífero - MG*Autor: Guilherme Eduardo Macedo Cota**Orientador: Antonio Pereira Magalhães Junior***Resumo**

Os processos de encouraçamento de leitos fluviais se referem à presença de sedimentos imóveis (ou imediatamente imóveis) nas calhas fluviais, impedindo a remoção de grãos potencialmente transportáveis. O pavimento detrítico (cluster) formado na superfície do leito oferece forte resistência aos processos abrasivos. Apesar de serem amplamente discutidos na literatura internacional, há poucas contribuições em âmbito nacional para os estudos sobre o tema. Em geral, as pesquisas sobre encouraçamento fluvial utilizam critérios hidrológicos para se determinar as condições de fluxo para o rompimento dos pavimentos detríticos, em detrimento de abordagens de cunho geomorfológico acerca do rebatimento dos clusters para a morfologia e para a morfodinâmica fluvial. De modo a contribuir com os estudos sobre encouraçamento no país, o presente trabalho propõe, a partir de uma sistematização de bases teóricas, investigar a ocorrência dos processos de encouraçamento sob a ótica geomorfológica. Para tanto, o Rio Conceição (Quadrilátero Ferrífero - MG) é adotado como estudo de caso. Procedeu-se, a partir de técnicas cartográficas e da observação e descrição via aplicação de um check-list, associar o rebatimento da presença dos pavimentos detríticos para as condições geomorfológicas

do canal fluvial, sobretudo no tocante à morfologia e à morfodinâmica dos trechos fluviais estudados. A organização dos materiais de calha identificados no Rio Conceição aponta para a ocorrência dos processos de encouraçamento a partir da confluência com o Ribeirão Preto, onde ocorrem pavimentos detríticos intercalados por poços, formando a morfologia em poço-corredeira. As condições de fluxo não permitem uma disposição linear dos clusters ao longo do Rio Conceição, dando origem à morfologia em poço-corredeira e, possivelmente, a processos de meandramento. Destaca-se que existe uma tendência de formação de pavimentos detríticos em porções do perfil longitudinal com predomínio de processos de agradação, o que propiciaria a estabilidade dos materiais. Há ainda a ocorrência de couraças ferruginosas no leito que, apesar de estarem imóveis e fornecerem grande resistência aos processos abrasivos, não foram consideradas como materiais que geram os processos de encouraçamento devido à sua ocorrência pontual e pouca relação com a morfologia e a morfodinâmica do canal. Ademais, são feitas reflexões acerca da gênese dos clusters, evidenciando o papel do rebaixamento do nível de base e de capturas fluviais no fornecimento de material detrítico para a calha do Rio Conceição.

Entre rios: política das águas e política dos recursos hídricos

Autora: Laís Lopes Figueiredo

Orientador: Cássio Eduardo Viana Hissa

Resumo

A governança das águas tem sido intensamente debatida e vem conquistando espaço relevante nas agendas políticas e acadêmicas. No Brasil, as últimas décadas têm sido marcadas por um novo desenho institucional, principalmente a partir da aprovação da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), Lei 9.433/97, que tem se apresentando enquanto caminho inovador, pautado na descentralização, na democratização da participação, e na eficiência técnica para gestão dos recursos hídricos. Esta pesquisa busca refletir sobre a dimensão política da participação social nesse processo que tem sido chamado de gestão compartilhada dos recursos hídricos. Que reflete a profundas mudanças na estrutura de governança dos Estados, na gestão dos recursos naturais e nas formas de participação social nas políticas públicas de uma maneira geral.